

UMA VEZ MAIS O MÉTODO EM MARX? NOVAS PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES...¹

ONCE AGAIN THE MARX'S METHOD? NEW FIRST APPROACHES...

Caio Antunes
(Universidade Federal de Goiás)

Joana Alice de Freitas
(Universidade Federal de Goiás)

Resumo: Fruto do debate coletivo acumulado ao longo dos últimos anos junto ao Grupo de Estudos Capital e Teoria do Valor, este artigo tem por objetivo apresentar algumas considerações acerca da complexa problemática do método na obra de Karl Marx. O percurso trilhado tem início desde alguns aspectos mais gerais sobre método (como o debate meramente etimológico), aproxima-se, a partir de problemas ainda externos, dos contornos teórico-políticos de sua formulação para, enfim, adentrar alguns complexos categorias centrais de seu sistema teórico, bem como de seu método, tais como trabalho, trabalho alienado, Estado, revolução e emancipação. Conclui-se o percurso com indicações reforçadoras tanto do traço aberto, quanto revolucionário do método marxiano.

Palavras-chave: Karl Marx. Método. Método em Marx. Marxismo.

Abstract: As a result of the collective debate accumulated over the last few years with the Capital and Value Theory Study Group, this article aims to present some considerations about the complex problematic of the method in the work of Karl Marx. The path taken begins from some more general aspects about method (such as the merely etymological debate), approaches, from still external problems, the theoretical-political contours of its formulation to, finally, enter into some complex central categories of its theoretical system, as well as its method, such as work, alienated labor, State, revolution and emancipation. The journey concludes with reinforcing indications of both the open and revolutionary aspects of the Marxian method.

Keywords: Karl Marx. Method. Marx's Method. Marxism.

*bichano de cheshire ... poderia me dizer,
por favor, que caminho devo tomar...?
depende bastante de para onde quer ir,
respondeu o gato.
não me importa muito para onde,
disse alice.
então não importa que caminho tome,
disse o gato.*

Alice no País das Maravilhas
Lewis Carroll

¹ Este trabalho foi desenvolvido como parte do projeto de pesquisa “Trabalho, América Latina e Marxismo”, desenvolvido na Universidade Federal de Goiás e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a quem agradecemos pelo apoio institucional e financeiro.

Introdução

Tomado o atalho etimológico, tem-se que método deriva do termo grego *μέθοδος* [méthodós], palavra constituída pelo prefixo *μέθ* [mét], que significa ‘depois’, ‘o que se segue’, e a palavra *οδός* [odós], que significa ‘caminho’, ‘percurso’. Assim sendo, *μέθοδος* [méthodós] seria, em uma tradução mais livre, algo como ‘seguir por um caminho (com o intuito de chegar a algum fim)’².

Porém, ao olhar de modo mais detido para o conceito, este significa, literalmente, ‘o que vem depois do, ou que se segue ao caminho’. Isto indica que, mais do que traçar um caminho e por ele seguir no intuito de chegar a algum lugar determinado, método implica olhar para este caminho escolhido, compreender os passos dados, ou pretendidos, e, na medida do possível, antever percursos futuros, justamente no intuito de se chegar, da melhor forma possível, ao lugar pretendido.

É, então, o lugar (ou objeto) escolhido que define qual o melhor percurso (ou método) e, a partir deste, seus passos específicos (ou metodologia). Caso contrário, como Alice, vaga-se ao acaso. É isto que se costuma chamar, dentro do marxismo, de primado da realidade objetiva.

Algumas dificuldades mais gerais

Abordar a temática do método em Marx é tarefa hercúlea e várias e de diferentes ordens são as razões para tal.

De imediato já se apresenta a enormidade do tema. Eis a sua monta: retrilhar o percurso traçado por Marx ao intentar chegar ao fim a que se propôs: compreender (para transformar!), mais do que apenas o modo de produção capitalista, todo o sistema de metabolismo social do capital (Marx, 2013).

Mas a obra de Marx – e Engels! – é imensa e se apresenta em uma variada gama de ‘formatos’, desde poesias e obras literárias, a artigos de jornal, cartas e circulares, até manuscritos de estudos, rascunhos e livros (publicados e não publicados). Retomar a questão do método marxiano³ implica, então, buscar indícios dos caminhos percorridos

² Noção sutilmente distinta é oferecida por Chauí (2016, p. 52) quando afirma que método é uma “palavra composta do grego *met* (‘em direção a’) e da palavra grega *odós* (‘caminho’). Método significa ‘tomar o bom caminho ou o caminho correto para pensar’”.

³ O termo ‘marxiano’ diz respeito à formulação do próprio Marx; um texto marxiano é, portanto, um texto escrito por Marx, enquanto que ‘marxista’, em distinção, é a corrente teórica que se desenvolveu a partir das formulações marxianas.

pelo nosso autor na maior amplitude possível de suas obras para, a partir de tamanho manancial, reconstruir seus passos analíticos mais determinantes.

Entretanto, próprio Marx pouco escreveu sobre a questão do método e, do que produziu, publicou ainda bem menos. Publicadas – isto é, ainda durante sua vida –, há umas poucas páginas em um dos subitens d’*A Miséria da Filosofia* (Marx, 2017, p. 97-114) e trechos no *Prefácio da Primeira Edição* e no *Posfácio da Segunda Edição* alemães d’*O Capital* (Marx 2013, p. 77-91).

Há também, claro – e que vieram a público apenas postumamente –, as tão famosas quanto densas e difíceis páginas d’*O Método da Economia Política*⁴ (Marx, 2011, p. 54-61) e muitos pequenos trechos dispersos em uma colossal correspondência (Marx; Engels, 1955; 1972; 2010a; 2020, Lenin, 1973, dentre muitos outros).

Não são, enfim, apoucadas a ousadia de adentrar uma vez mais neste campo e a pretensão de nele tentar um contribuição, ainda mais quando há já entre nós grandiosos estudos acerca da temática do método em Marx, dentre os quais destacamos os importantes trabalhos de José Paulo Netto (2011)⁵.

Impelem, contudo, a esta árdua empreita, ao fundo, a herança positivista (e reducionista) dos processos formativos, na crista, o aluvião pós-moderno, antes do mais antimarxista (e na sequência oportunista), e, nos flancos (e não-inimigo das duas anteriores), o rebrotar neofascista.

Alguns apontamentos clássicos preliminares

O próprio Marx (2013, p. 93) lança um alerta quando afirma que “não existe uma estrada real para a ciência, [e] somente aqueles [e aquelas] que não temem a fadiga de galgar suas trilhas escarpadas têm chance de atingir seus cumes luminosos”.

⁴ Este potente texto constitui o 3º item da Introdução aos *Grundrisse* (e que, ironicamente, não é a primeira parte da obra). É sabido que os *Grundrisse*, trabalho de reorganização e ressystematização de aproximadamente 15 anos de estudos de economia política – “trabalho como um louco a noite toda, todas as noites, sintetizando dos meus estudos econômicos de modo a que eu pelo menos tenha claro os esboços antes do *déluge* [dilúvio]” (MARX, 2010a, p. 217, tradução nossa) –, deram origem ao livro *Contribuição à Crítica da Economia Política*, publicado por Marx em 1859. Mas neste não fora incluída aquela *Introdução* e lê-se, em seu famoso *Prefácio* (Marx, 2008, p. 45-6), a explicação: “suprimo uma introdução geral que esbocei porque, depois de refletir bem a respeito, me pareceu que antecipar resultados que estão para ser demonstrados poderia ser desconcertante e o leitor que se dispuser a me seguir terá que se decidir a se elevar do particular ao geral”.

⁵ Para outras formas de apropriação, incidamos também a consulta às diversas gravações de cursos sobre método, oferecidos por José Paulo Netto, disponíveis em plataformas de vídeo na internet.

A máxima assusta e, se apressadamente tomada, poderia dar a entender uma impossibilidade do conhecimento científico. Mas, se lida com cautela, indica de fato que não há estrada *já pronta* para o conhecimento, e que sua busca, se verdadeira, tem necessariamente de desbravar novos terrenos, íngremes e árduos, e neles cindir novas veredas. Tais percursos, por difíceis que sejam, são os únicos a permitir aquelas novas e mais amplas visadas.

Engels, em carta a Paul Ernst, de 5 de julho de 1890, afirma que “o método materialista se converte na sua antítese quando é utilizado não como um fio condutor na investigação histórica, mas como modelo acabado a que se há que adaptar os fatos históricos” (Marx; Engels, 2010a, p. 119, tradução nossa). Lênin (1966, p. 166, tradução nossa) afirma que o “mais importante, que constitui a verdadeira substância [*gist*], a alma viva do marxismo – [é] a análise concreta de uma situação concreta”.

Tais indicações mostram que, caso não esteja rente da realidade objetiva que se deseja investigar, com especial atenção aos processos de gênese e continuidade, ou até mesmo derrocada e extinção (uma vez mais o primado da realidade objetiva), o método, de possibilidade de alcançar o conhecimento verdadeiro, se converte em sua antítese: caminho de falseamento.

Gramsci (1987, p. 109), por sua vez, toma a questão de um outro ponto de vista ao asseverar que

Marx não escreveu um catecismo, não é um messias que tenha deixado uma fieira de parábolas carregadas de imperativos categóricos, de normas indiscutíveis, absolutas, fora das categorias de tempo e de espaço. Seu único imperativo categórico, sua única norma é: “Proletários do mundo inteiro, uni-vos”.

Lukács, na mesma esteira, aponta que tomar o método marxiano – por ele nomeado de “marxismo ortodoxo” –, “não significa, pois, uma adesão sem crítica aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma ‘fé’ numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro ‘sagrado’ (...) [mas] refere-se, pelo contrário, e exclusivamente, ao *método* (Lukács, 1989, p. 15).

Este conjunto de indicações se respalda, por assim dizer, nas próprias palavras de Marx quando este afirma que as “categorias econômicas são apenas expressões teóricas, abstrações das relações sociais de produção” (Marx, 2017, p. 101), ou, sinteticamente, “expressam formas de ser, determinações de existência” (Marx, 2011, p.

59), isto implica que “são tão pouco eternas quanto as relações que elas exprimem. Elas [as categorias] são *produtos históricos e transitórios*” (Marx, 2017, p. 102).

Uma figura mitológica muito pode auxiliar na adequada compreensão deste complexo e delicado ponto. Procusto (ou Procrusto, apelido de Damastes ou Polipênion), que habitava a serra de Elêusis aprisionava os viajantes que trilhavam o caminho entre Mégara e Atenas, na Grécia. Tinha, em sua casa, dois leitos de tamanhos distintos (um grande e outro pequeno) e obrigava os viajantes que capturava a deitarem-se em um dos dois leitos; os viajantes altos, deitava-os no leito menor, e os baixos, no leito maior, respectivamente cortando as pernas e cabeça dos primeiros ou puxando violentamente os pés e cabeça dos segundos para que se ajustassem aos leitos (Kury, 2009).

O recurso ao mito do leito de Procusto indica que, caso o método e suas prescrições tenham anterioridade, ou primazia sobre a realidade de pretendem investigar, não é de fato aquele, o método, que tem a chance de conduzir a uma apreensão adequada daquela, a realidade, mas, antes, esta que terá de ser deturpada, falseada (decepada, ou esgarçada) para se adequar aos moldes prévios daquele.

Uma vez mais, tais formulações reiteram que o ponto de partida do método marxiano é a realidade objetiva. O método deve adequar-se à realidade que busca apreender, e não o contrário, e nada poderia ser mais antimarxista do que tomar dogmaticamente (como lição de catecismo) as formulações marxianas.

Alguns contornos do método em Marx

Uma boa pista foi deixada pelo próprio Marx, quando afirma que “o leitor [ou leitora] que se dispuser a me seguir terá que se decidir a se elevar do particular ao geral” (Marx, 2008, p. 46). Esta pista nos indica, de partida, que todo e qualquer movimento, ou tentativa de acompanhar o método marxiano implica deixar o terreno do imediato, da aparência, do ‘particular’ e buscar o mediado, a universalidade, a essência, o ‘geral’.

Inicialmente – cabe enfatizar – este processo de ‘elevação do particular ao geral’ obviamente não nega o elemento particular, mas tem aí justamente seu ponto de partida. Isto porque, segundo Marx, “parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo” (Marx, 2011, p. 54), o que aponta que se deve partir dos “indivíduos reais, [em] sua ação e suas condições materiais de vida” (Marx; Engels, 2007, p. 88-9).

A título de exemplo, Marx parte da população de determinado país. Ao se partir, entretanto, desta particularidade (ou efetividade, ou condições reais de vida), ou, se se “começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo” (Marx, 2011, p. 54). Aquela preciosa pista inicial precisa, então, ser articulada a uma outra.

Parte-se, sim, da particularidade, porém, “por meio de uma determinação mais precisa, [se] chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [se chegaria] a conceitos abstratos [*Abstrakta*] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples” (Marx, 2011, p. 54) – por ‘determinações mais simples’ não se deve entender aquelas desprovidas de complexidade, mas justamente aquelas mais profundas, que sustentam todas as demais.

Marx arremata a discussão indicando que, uma vez que se alcance tais ‘determinações mais simples’, ter-se-ia “de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (Marx, 2011, p. 54).

Enfim e em síntese, cabe apontar que pretender acompanhar o método marxiano significa, necessariamente, acompanhar sua formulação como um todo, isto porque o método marxiano é inseparável de seu sistema teórico-filosófico, ou seu método é, justamente, seu sistema teórico em movimento. E aqui, grandes dificuldades se colocam.

A antessala do método em Marx

Uma destas dificuldades consiste em que, uma vez que Marx entendia que o conhecimento não poderia jamais ser discutido em si mesmo, não se encontra em sua obra um debate epistemológico, ou discussão metodológica *a priori*. Isso não significa, contudo, que não haja uma dimensão epistemológica, ou mesmo metodológica no sistema marxiano. Há – vide, apenas como exemplo didático desta última, a chamada *Enquete Operária* (Marx, 2022)! Mas estas dimensões epistemológica e metodológica estão necessariamente subordinadas ao objeto.

Não há, de um ponto de vista mais amplo, em Marx, a elaboração, ou descoberta *da* lógica, mas sim de *uma* lógica determinada. Não se trata da lógica de todo e qualquer objeto, mas da lógica interna de um objeto determinado. Isto pois apreender uma lógica

determinada significa apreender concretamente o movimento concreto de um objeto concreto determinado⁶.

Outra delas reside no fato de o sistema marxiano ser indivisível. Não se pode desmembrar, apartar, opor, ou preterir, enfim, fragmentar aspectos, ou momentos de sua formulação. Em outras palavras: selecionar entre um Marx filósofo, sociólogo, economista, ou cientista político, por ingenuidade ou oportunismo; opor um Marx jovem, filósofo, idealista a um outro maduro, economista, materialista (e também suas respectivas categorias), por estruturalismo ou mecanicismo; ou ainda expurgar o Marx dialético, revolucionário, ou o analista econômico, por comodismo ou dissimulação, significa, de uma só tacada, esterilizar por completo sua teoria – e seu método.

São três os grandes aspectos, momentos, pilares, ou ainda – seguindo Lenin – as “três fontes e as três partes constitutivas” (Lenin, 1974, p. 125) do sistema marxiano: a filosofia idealista alemã, com ápice no método dialético hegeliano; a perspectiva revolucionária, a partir das elaborações teóricas do socialismo francês; e a teoria do valor-trabalho, com base na economia política inglesa.

Cada um dos aspectos/momentos/pilares/fontes/partes não se sustenta apartado dos demais, ou juntos caminham, ou em bloco caem, e isto apenas e tão somente porque a análise, compreensão e transformação da realidade objetiva da sistema do capital assim requer.

Submeter o método, enfim, à apreensão da estrutura interna, do movimento interno de um objeto determinado é o que se convencionou chamar de primazia ontológica da realidade objetiva. Neste sentido, a teoria verdadeira é, portanto, a expressão ideal (abstrata) do movimento real de um objeto.

Em terceiro lugar está que o sistema teórico-filosófico marxiano não é, de modo algum, uma espécie de chave mágica que permitiria a compreensão final e absoluta de todo e qualquer objeto atemporalmente.

O que de fato Marx elaborou foi uma formulação teórica acerca do sistema do capital e da vida social dentro dele engendrada. Entretanto, este mundo do capital traz em si elementos de variadas formações sociais anteriores. A partir deste elemento, tem-se que a teoria social marxiana acaba por permitir a apreensão não apenas aspectos

⁶ Não se deve tomar, de modo algum, por ‘objeto concreto’, nem por ‘realidade objetiva’ estritamente aquilo que seja palpável. O Estado, a religião, a alienação, a ideologia, o amor são, *todos*, objetos concretos da realidade objetiva.

universais – o ‘geral’, a ‘essência’ – do sistema e da vida social sob o capital, mas também alcançar universalidades que perpassam outras formações históricas.

Isto porque, se de um lado, o sistema do capital, como forma mais complexa, carrega consigo aspectos de formações sociais anteriores, menos complexas, é possível que suas categorias possibilitem uma compreensão acerca de formações sociais anteriores. Por outro lado, contudo, Marx foi capaz de alcançar até mesmo elementos universais do próprio ser humano – e que perpassam, justamente por isso, todas as formações histórico-sociais humanas.

Esse exemplo do trabalho [como categoria] mostra com clareza como as próprias categorias mais abstratas, apesar de sua validade para todas as épocas – justamente por causa de sua abstração –, na determinabilidade dessa própria abstração, são igualmente produto de relações históricas e têm sua plena validade só para essas relações e no interior delas (Marx, 2011, p. 58).

Em síntese – e nunca é demais enfatizar –, tais formas de universalidades humanas podem ser chamadas de *transhistóricas*, mas apenas porque perpassaram, *historicamente*, todas as formações humanas – universalidades *transhistóricas* não são, de forma alguma, universalidades *suprahistóricas*.

Às portas do método em Marx

No interior do método marxiano, então, para se buscar compreender um determinado aspecto da realidade objetiva é necessário observar como este se produz e reproduz.

Para se compreender uma determinada parte da realidade natural é necessário observar como esta realidade se produz e reproduz naturalmente. Mas para se compreender um determinado aspecto da realidade humana, social é necessário observar como esta realidade se produz e reproduz humanamente, socialmente.

Marx e Engels (2007, p. 32-3) afirmam, a respeito deste segundo aspecto, que

o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais.

Esta passagem indica que, a fim de se observar e compreender – uma vez mais, para transformar – determinado aspecto da vida social dos seres humanos, ao se partir do

elemento particular, efetivo, situado no interior das condições reais de vida, deve-se buscar alcançar as formas por meio das quais os seres humanos ‘comem, bebem, habitam, vestem e algumas coisas mais’. Em outras palavras, como os seres humanos produzem e reproduzem suas condições materiais e simbólicas de vida.

Isto porque os seres humanos,

antes do mais, têm primeiro que comer, beber, abrigar-se e vestir-se, antes de se poderem entregar à política, à ciência, à arte, à religião, etc.; de que, portanto, a produção dos meios de vida materiais imediatos (e, com ela, o estágio do desenvolvimento econômico de um povo ou de um período de tempo) forma a base, a partir da qual as instituições do Estado, as visões do Direito, a arte e mesmo as representações religiosas dos homens em questão, se desenvolveram e a partir da qual, portanto, têm também de ser explicadas (Marx; Engels, 1985, p. 179);

A partir desta passagem é possível apreender, dentre muitos outros aspectos, que há um fundamento, uma base profunda das formas específicas por meio das quais são criados os meios que garantem a continuidade da vida, ou, para se utilizar as categorias clássicas, como são garantidas a *produção* e *reprodução* das condições de vida em determinado estágio do desenvolvimento da humanidade.

Enfim alguns elementos internos ao método em Marx

Estas formas de produção e reprodução das condições de vida em determinado estágio do desenvolvimento da humanidade são justamente aqueles elementos de universalidade de cada formação histórica humana. E assim o são pelo fato de que expressam aspectos universais do próprio ser humano.

De todas estas universalidades do ser humano, a mais profunda é dada pela maneira, específica e unicamente humana, de transformar a natureza circundante de modo a fazê-la adequada às necessidades especificamente humanas, ao invés de simplesmente se ajustar às suas determinações naturais.

Isto porque, disse Marx, o ser humano “não é apenas um ser natural, mas ser natural *humano* [de modo que] a natureza não está, nem objetiva nem subjetivamente, imediatamente disponível ao ser *humano* de modo adequado” (Marx, 2004, p. 128).

Se, portanto, “os objetos *humanos* são os objetos naturais assim como estes se oferecem imediatamente” (Marx, 2004, p. 128), então os seres *humanos* têm de fazer adequados – isto é, *humanos* – os objetos de suas necessidades, têm de *transformar* a

natureza por meio de sua *atividade produtiva*, têm de *humanizá-la* por meio de seu *trabalho*.

A categoria trabalho no método em Marx

O trabalho é, então, uma relação de mediação entre seres humanos e natureza na qual aqueles empreendem nesta uma transformação, de forma e conteúdo, de modo a tornar a natureza adequada à satisfação de necessidades humanas por meio da criação de objetos úteis – utilidade aqui entendida como a capacidade de um produto de satisfazer uma necessidade humana específica –, ou valores-de-uso.

Ao transformar, isto é, trabalhar a natureza para satisfazer suas necessidades humanas, o ser humano afasta-se de sua condição imediatamente animal e faz da própria natureza uma extensão de seu corpo, faz da natureza algo humano.

Nas palavras de Marx,

antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potências nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (Marx, 2013, p. 202);

O ser humano que trabalha, ao transformar a natureza, é, também, ele mesmo, transformado por seu trabalho. E aqui se mostra o duplo aspecto da categoria trabalho: ela permite o surgimento de novo tipo de ser, o ser humano, ao mesmo tempo em que garante o desenvolvimento, a complexificação, a humanização deste mesmo ser humano.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida (...). Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material” (Marx; Engels, 2007, p. 87).

Parece ser esta a razão de Marx afirmar – e esta é também uma profunda pista acerca do método – que “*toda a assim denominada história mundial nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano, enquanto o vir a ser da natureza para o homem*” (Marx, 2004, p. 114).

Para apreender adequadamente esta última formulação, é preciso ter claro que é a categoria trabalho que garante o processo de criação e manutenção da vida social ao gerar os produtos dos quais a humanidade sobreviverá (‘comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais’).

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (Marx, 2013, p. 120).

Entretanto, e em íntima articulação, o próprio processo de produção engendra, de forma mediada, as formas por meio das quais os produtos resultantes da esfera produtiva serão distribuídos entre as pessoas. Aqui se inserem as centrais categorias das *forças produtivas* e das *relações de produção*.

Forças produtivas são entendidas como a potência do trabalho em determinado momento histórico, de modo que seu avanço, ou desenvolvimento é dado por todo e qualquer avanço nas formas de realização da atividade produtiva que, por meio de qualquer modificação quantitativa, ou qualitativa em “seus meios de trabalho, ou seu método de trabalho, ou ambos” (Marx, 2013, p. 389), aumente a potência produtiva do trabalho.

Avanços nas forças produtivas garantem maior e melhor produção dos meios de vida, uma vez que garantem um excedente destes produtos. Por excedente, deve-se apreender, neste momento, apenas a produção de uma quantidade de produtos do trabalho que permita ao conjunto de seres humanos trabalhar menos horas no dia sem que isso implique em escassez.

As formas como este excedente é distribuído, ou apropriado, enfim, repartido entre as pessoas constitui o cerne da categoria das *relações de produção*. Estas constituem, em última instância, as relações de propriedade no interior das quais se reparte o excedente. É no interior destas relações de produção se dá a luta pela distribuição e apropriação dos produtos do trabalho.

A partir destas indicações, tem-se que

o simples fato de cada geração posterior deparar-se com forças produtivas adquiridas pelas gerações precedentes, que lhes servem de matéria-prima para novas produções, cria na história dos homens uma conexão, cria uma história da humanidade, que é tanto mais a história da humanidade quanto mais as forças produtivas dos homens, e, por

consequente, as suas relações sociais, adquiriram maior desenvolvimento (Marx, 2017, p. 188).

Do ponto de vista do método, esta concepção de história da vida social dos seres humanos

consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção e a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. etc. – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos) (Marx; Engels, 2007, p. 42).

A partir destas potentes indicações, parece ser correto afirmar que é a relação entre estas duas categorias que acaba por ser o ponto profundo de distinção entre as diversas formações sociais, uma vez que é justamente a relação entre as forças produtivas e das relações de produção que indica as formas e meios de se produzir, a organização social da produção e a distribuição do excedente.

Uma das formas de organização e realização históricas do trabalho, com profundos impactos nas formas contemporâneas de vida e sociabilidade, é justamente a do trabalho alienado. E aqui é preciso remontar às diferenças entre as noções de universalidade e particularidade, ou entre determinação e determinidade – em sentido hegeliano.

A categoria trabalho alienado no método em Marx

De partida, a relação de trabalho é, em seu sentido geral, *universal*, aquela entre ser humano e natureza com vistas à criação de um objeto útil – relação por meio da qual o ser humano surge e se humaniza. Já a relação do trabalho alienado, como forma *particular*, é aquela em que o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, ou trabalhadora que o produziu, mas é apropriado privadamente por outra pessoa.

Esta relação do trabalho alienado deve ser compreendida como um forma histórica, e por isso mesmo necessariamente determinada e transitória, de organização e realização do próprio processo de trabalho. Em outras palavras: afirmar, em termos

bastante gerais, abstratos, ser o trabalho uma relação entre seres humanos e natureza em nada define suas formas mais concretas e determinadas de realização.

Ocorre que, se o trabalho é justamente aquilo que permite tanto o surgimento, quanto o desenvolvimento e humanização dos seres humanos, portanto categoria ao mesmo tempo genética e histórica, a relação de trabalho alienado, ao se interpor na relação direta entre o ser humano e a natureza, acaba por afetar e circunscrever, de formas distintamente muito mediadas, todas as relações, todas as esferas da vida social dos seres humanos – e aqui é possível ver claramente a relação dialética entre os aspectos estruturais e históricos do método marxiano, expresso na apreensão do *traço universal* daquilo que se manifesta *particularmente*, ou, em outros termos marxianos, a relação entre *essência e aparência*.

As amplas e profundas manifestações e impactos do trabalho alienado expressam-se em quatro grandes momentos (aqui separados penas para fins didático-expositivos) e o ponto de partida destes momentos reside na constatação prática de que “o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor [e da produtora]” (Marx, 2004, p. 80);

O primeiro destes momentos é que o trabalhador, ou trabalhadora se aliena do, e por isso não se reconhece (se estranha) no produto de seu trabalho, pois este não lhe pertence, mas a uma outra pessoa. Esta alienação em relação ao produto de seu próprio trabalho engendra a alienação em relação ao mundo exterior sensível, pois todo este mundo humano é, *todo ele*, natureza humanizada pelo trabalho.

Se não se reconhece, ou se aliena do produto de seu trabalho – eis o segundo momento –, o trabalhador ou trabalhadora já não se reconhece no ato mesmo da produção, uma vez que o produto é desta apenas o resultado. Esta alienação em relação ao seu trabalho, à sua atividade vital transformadora engendra sua alienação em relação ao que lhe distingue das demais espécies de animais. Estas duas formas, ou momentos da alienação se desdobram em duas outras.

Ao se alienar do produto e do processo de trabalho – o terceiro momento, portanto – o trabalhador, ou trabalhadora se aliena em relação ao que Marx denomina de “ser genérico (*Gattungswesen*)” (Marx, 2004, p. 83), isto é, sua humanidade, sua característica de ser humano, de modo que acaba por não se reconhecer como membro de

uma espécie, uma vez que não se reconhece nem nas produtos do trabalho que constituem o mundo humano, nem em seu trabalho, exatamente naquilo que lhe faz humano e lhe distingue das outras espécies de animais.

Por fim – o quarto momento –, o trabalhador, ou trabalhadora se aliena em relação aos outros seres humanos, uma vez que, ao se alienar do produto e do processo de trabalho e de seu ser genérico, relacionar-se com um outro ser humano como alguém de e a si hostil.

Deste modo, para o ser humano que trabalha, no interior do trabalho alienado,

o produto da sua atividade tampouco é o objetivo da sua atividade. O que o operário produz para si próprio não é a seda que tece, não é o ouro que extrai das minas, não é o palácio que constrói. O que ele produz para si próprio é o salário; e a seda, o ouro e o palácio reduzem-se, para ele, a uma determinada quantidade de meios de subsistência, talvez a uma roupa de algodão, a umas moedas, a um quarto num porão (Marx, 2006, p. 36-7).

Em síntese, a ordem social do capital, por meio da relação do trabalho alienado,

aleija o trabalhador, converte-o numa aberração, promovendo artificialmente sua habilidade detalhista por meio da repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas (...). Não só os trabalhos parciais específicos são distribuídos entre os diversos indivíduos, como o próprio indivíduo é dividido e transformado no motor automático de um trabalho parcial (Marx, 2013, p. 412-3).

Conforme indicado anteriormente, é no interior das relações que se estabelecem entre produção e distribuição, ou entre forças produtivas e relações de produção que se dão as disputas pelo excedente dos produtos do trabalho.

Desta forma, de acordo com as palavras de Marx, “a natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias, e, de outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho” (Marx, 2013, p. 189) De onde decorre então todo este processo de alienação? Quais são as estruturas sociais que permitem que o trabalho se organize, realize e regule de modo, por exemplo, alienado?

Política, Estado e o Método em Marx

Foi muito longo e bastante entrecortado o processo, desde as primeiras manifestações históricas até a consolidação e posterior universalização do trabalho alienado como forma de realização da mediação entre ser humano e natureza⁷.

Mas antes de adentrar as formas determinadas – particulares – que assumiram as mediações de ordem política ao longo do tempo, cabe brevemente indicar que são profundas as determinações de ordem política nas relações que se estabelecem entre os seres humanos.

Como já visto, no curso do desenvolvimento social da humanidade, a própria relação social entre os seres humanos e natureza acaba por ser mediada por relações de propriedade. Isto indica que, para além da relação mais direta do “trabalho dos homens [e mulheres] sobre a natureza (...), [institui-se também] o trabalho dos homens sobre os homens” (Marx; Engels, 2007, p. 39).

Esta seminal passagem indica que, tão logo se dá a passagem do animal ao social, do natural ao humano, os seres sociais – isto é, seres tornados humanos por meio do trabalho – dão início à criação de determinadas relações de produção com o intuito de regular e distribuir o excedente de produtos do trabalho advindo dos avanços das forças produtivas.

Esta ordem de relações são, em sua profundidade, em verdade, mediações de ordem *política*. E se estas não estão, é fato, no mesmo nível de determinação ontológica da categoria trabalho, a esfera da política consta entre aquelas categorias universais, ou universalidades.

O que interessa aqui é observar como, *pari passu* com o desenvolvimento da forma alienada de trabalho, e nela ancorado, engendra-se um profundo processo de separação entre a vida social efetiva dos seres humanos e os mecanismos de controle social, político desta mesma vida. Em outros termos, pouco a pouco, no desenvolvimento das forças produtivas, erguem-se relações de produção que acabam por circunscrever estas mesmas forças produtivas que lhe impulsionaram.

Dito de outra forma:

as condições sob as quais determinadas forças de produção (...) [– alienadas – se fazem] condições da dominação de uma determinada classe da sociedade, cujo poder social, derivado de sua riqueza, tem sua

⁷ Tal universalização, vale dizer, ocorre apenas com a consolidação do modo de produção capitalista como forma mais desenvolvida de ocorrência histórica do sistema de metabolismo social do capital. Sobre este ponto, ver Krader (1988), Marx (2011), Engels (2019).

expressão prático-idealista na forma de Estado existente em cada caso (Marx; Engels, 2007, p. 42).

É provavelmente por estas razões que Marx afirma ser o Estado o “comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx; Engels, 1999, p. 42), de “expressão oficial da sociedade civil (...), resumo oficial da sociedade” (Marx, 2017, p. 188), ou ainda de “a expressão ativa, autoconsciente e oficial (...) [da] *atual organização da sociedade*” (Marx; Engels, 2010b, p. 40).

Estes apontamentos implicam que, “do ponto de vista político, Estado e *organização da sociedade* não são *duas* coisas distintas. O Estado é a organização da sociedade” (Marx; Engels, 2010b, p. 38).

Do ponto de vista do método, alcançar estas determinações da forma-Estado e nelas as do Estado burguês⁸, torna possível a compreensão das profundas características desta forma peculiar de Estado, de modo não apenas a identificar adequadamente tanto suas limitações, quanto suas potencialidades para, a partir disso, melhor estabelecer táticas e estratégias de luta.

Isto porque a luta da classe trabalhadora precisa dar-se, justamente a partir daquelas limitações e potencialidades, tanto por dentro, quanto por fora da esfera do Estado – afinal, o sistema teórico-filosófico marxiano busca compreender a realidade objetiva para transformá-la radicalmente.

Revolução, Emancipação e Método

O profundo e amplo processo de superação deste conjunto de relações sociais alienadas constitui verdadeiramente um processo de *suprassunção* – no sentido de uma *Alfhebung*⁹.

⁸ A distinção entre as noções de forma-Estado e Estado Burguês indica, na mesma esteira do vem sendo debatido desde o início desta artigo, a necessidade de atentar para o geral e o particular, ou a determinação e a determinidade, ou ainda o aspecto universal daquilo que se mostra historicamente. Há elementos gerais que toda forma específica de Estado, como a forma burguesa, apresenta.

⁹ O termo alemão *Alfhebung* não possui correspondente na língua portuguesa. É um pouco mais consensual – mas não muito –, dentro do marxismo, sua tradução por *suprassunção*, a partir do neologismo oferecido por Paulo Meneses, importante estudioso e tradutor de Hegel no Brasil. Diz Meneses: “traduzimos *aufheben* e *Aufhebung* por ‘suprassumir’ e ‘suprassunção’, a fim de destacar o sentido pleno da polissemia contida na língua natural alemã e explorada especulativamente por Hegel para significar, ao mesmo tempo, suprimir [sumir], conservar [assumir] e elevar [supra + assumir] (Hegel, 2010, p. 59, em nota de rodapé dos tradutores). É com Hegel que assume, como categoria filosófica, sua mais profunda significação: “o *suprassumir* (...) é ao mesmo tempo um negar e um conservar” (HEGEL, 2008, p.96). Ou, o “*suprassumir* tem na língua [alemã] o sentido duplo pelo qual significa tanto guardar, *conservar*, quanto, ao mesmo

Tal como os produtos do trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras se alienam e lhes aparecem como poderes e forças separadas, hostis, também o Estado, como esfera de controle político apartado, alienado da vida social, aparece igualmente como esfera autônoma e independente.

A questão fundamental é, então, a superação do Estado? Ou a supressão das relações de propriedade privada? Não! Mas se a superação do Estado e a abolição da propriedade privada não são a viga mestra da luta proletária, sem estas a classe trabalhadora não consegue alcançar a transformação social radical almejada.

A luta – e a partir de e para ela, também o método – deve ir por dentro e por fora do Estado. É preciso se enfrentar, do ponto de vista também do método, agora politicamente, justamente o problema central da relação entre as forças produtivas e as relações de produção.

Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua *expressão jurídica*, com as *relações de propriedade* no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social (Marx, 2008, p. 47).

Das muitas coisas que se poderia depreender desta importante passagem, destaca-se que, a partir do momento em que determinadas relações jurídico-políticas de propriedade se transformam em entraves para o avanço das de forças produtivas para o a continuidade dos desenvolvimento da potência produtiva do trabalho, ocorre uma transformação radical no modo de produzir a totalidade da vida social.

Assim, uma “época de revolução social” não é apenas uma modificação nas relações de propriedade de uma época, mas uma transformação radical das forças produtivas, das relações de produção e das relação entre ambas. Ou seja, o que configura uma “época de revolução social” é algo que se dirige à produção, tanto quanto à distribuição, um processo tanto de ordem econômica, quanto algo em si político.

Neste ponto da exposição chega-se, enfim, de um lado, à base material da própria tomada de consciência por parte de trabalhadores e trabalhadoras, tanto de sua situação

tempo, cessar, pôr fim” (Hegel, 2011, p. 111). Marx incorpora este sentido hegeliano de *Aufhebung* ao afirmar que “um papel peculiar desempenha, por isso, o supracumir (*das Aufheben*), onde a negação e a conservação, a afirmação (*Bejahung*), estão ligadas” (Marx, 2004, p. 130).

real de vida, quanto de sua potência e tarefa históricas, e, de outro, ao polêmico ponto das profundas relações entre revolução e emancipação humana.

Sobre o primeiro aspecto, tem-se que,

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (Marx, 2008, p. 47).

Já acerca do segundo, tem-se que,

tanto para a criação em massa dessa consciência comunista quanto para o êxito da própria causa faz-se necessária uma transformação massiva dos homens, o que só se pode realizar por um movimento prático, por uma *revolução*; que a revolução, portanto, é necessária não apenas porque a classe dominante não pode ser derrubada de nenhuma outra forma, mas também porque somente com uma revolução a classe *que derruba* detém o poder de desembaraçar-se de toda a antiga imundície e de se tornar capaz de uma nova fundação da sociedade (Marx; Engels, 2007, p. 42);

De um lado, tem-se esta noção ampla da categoria revolução, tomada como um amplo e profundo processo social, que nem tem início e nem se esgota na tomada do poder político.

Isso indica, por um lado, conforme nos diz Marx, que

sem revolução o *socialismo* não poderá se concretizar. Ele necessita desse *ato político*, para já que necessita recorrer à *destruição* e à *dissolução*. Porém, quando tem início sua *atividade organizadora*, quando se manifesta o seu *próprio fim*, quando se manifesta a sua *alma*, o socialismo se desfaz do seu invólucro *político* (Marx; Engels, 2010b, p. 52).

Em outras palavras, “toda e qualquer revolução dissolve a *antiga* sociedade; nesse sentido, ela é *social*. Toda e qualquer revolução derruba o *antigo poder*; nesse sentido, ela é *política*” (Marx; Engels, 2010b, p. 52).

Se, conforme trazido nas últimas citações, o processo de construção de uma nova sociedade e socialidade, ou seja, uma nova estrutura que possa permitir, integralmente,

uma nova forma de vida, livre e plena em todos os seus sentidos e significados, aparece sob conceitos como revolução e socialismo, a finalidade última de todo este processo de supressão é dado pelo conteúdo social da categoria da *emancipação humana*.

Em uma entrevista concedida ao jornal *The Chicago Tribune* [A Tribuna de Chicago], em meados de dezembro de 1978, Marx, quando perguntado sobre o “objetivo final” (Marx, 1987, p. 59) da luta da classe trabalhadora mundial, responde: “a passagem dos meios de trabalho a propriedade social coletiva (...)[,] o poder operário (...)[,] e a *emancipação humana*” (Marx, 1987, p. 59, grifos nossos).

Acerca do conteúdo da categoria da emancipação humana, Marx afirma ser ela um amplo e profundo processo social de supressão das variadas formas histórico-sociais de alienação galgadas pela humanidade. Um processo de construção social de uma nova forma de vida, enfim livre, humana, plena, social. Em suas palavras,

emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” [forças próprias] como forças *sociais* (Marx, 2010, p. 54).

Enfim, um mundo em que cada pessoa, cada ser humano singular possa ser tudo aquilo que a potencialidade humana abarca.

Indicações finais

A problemática do método em Marx é muito maior do que poderia num artigo caber. De um lado, ela abarca, como já indicado, a teoria social marxiana como um todo, e apreender o método significa, então, um esforço de se apropriar do sistema marxiano *em movimento*. De outro lado, contudo, e sobremaneira importante, trata-se de um sistema teórico aberto, inconcluso, porque seu objeto, a vida social humana sob o capital, está, ela própria, também em movimento.

Cabe a cada um e a cada uma que luta por este outro mundo, livre, humano, pleno, *emancipado*, que tome em seu poder as potentes categorias marxianas e com elas opere e interprete “o mundo de diferentes maneiras” (Marx; Engels, 2007, p. 535), mas sem jamais perder de vista que “o que importa é transformá-lo” (Marx; Engels, 2007, p. 535).

Referências

CARROLL, Lewis. **Alice no País das Maravilhas & Através do espelho e o que Alice encontrou por lá**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Iniciação à filosofia**: ensino médio. São Paulo: Ática, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2019.

GRAMSCI, Antonio. Nosso Marx. Trad. Carlos Eduardo Berriel. In: CHASIN, José (Org). **Marx hoje**. São Paulo: Ensaio, 1987, p. 109-12.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Ciência da lógica (excertos)**. Trad. Marco Aurélio Werle. São Paulo: Barcarola, 2011.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 2008.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Linhas Fundamentais da Filosofia do direito**: ou direito natural e ciência do estado em compêndio. Trad. Paulo Meneses et al. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

KRADER, Lawrence (Ed.). **Los apuntes etnológicos de Karl Marx**. Trad. José María Ripalda. Madrid: Siglo XXI, 1988.

KURY, Mário da Gama. **Dicionário de mitologia grega e romana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Acotaciones a la correspondencia entre Marx y Engels**: 1844-1883. Trad. José Laín Entralgo. Madrid: Grijalbo, 1973.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Collected works**. Trad. Juluis Katzer. Moscow: Progress, vol. 31, 1966.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Obras escogidas**. Buenos Aires: Cartago, vol. IV, 1974.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: estudos de dialética marxista. Trad. Telma Costa. Porto: Escorpião, 1989.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. Karl Marx: entrevista com o fundador do socialismo moderno. Trad. W. M. David. In: CHASIN, José (org). **Marx hoje**. São Paulo: Ensaio, 1987, p. 53-70.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, Livro I, 2013.

MARX, Karl. **Capítulo VI (inédito)**: manuscritos de 1863-1867, O Capital, livro I. Trad. Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2022.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro**. Trad. José Barata-Moura e Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARX, Carlos; ENGELS, Federico. **Correspondencia**. Buenos Aires: Cartago, 1972.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845 – 1846). Trad. Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cartas sobre O Capital**. Trad. Leila Escorsin. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected works**: letters 1856-59. London: L&W, 2010a.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Alemanha**. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Trad. José Barata-Moura, Eduardo Chitas, Francisco Melo e Álvaro Pina. Lisboa: Avante, vol. III, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Selected correspondence**. Trad. I. Lasker. Progress: Moscou, 1955.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.